

## **A Economia Política do Trabalho no Capitalismo Contemporâneo**

Diego Mendes Lyra (UFPB)  
Elivan Gonçalves Rosas Ribeiro (UFPB)

**Resumo:** O presente artigo analisa o trabalho enquanto categoria central para a compreensão da sociedade contemporânea, fundamentada, contraditoriamente, na crescente afirmação do trabalho morto que acompanha a negação do trabalho vivo, negação esta que não implica na perda de sua centralidade dentro capitalismo. Mas, ao contrário, na constatação da sua extrema importância, para a explicação de uma série de fenômenos sócio-econômicos atuais. Nesse contexto, observa-se a divisão do tempo dos indivíduos em tempo de trabalho e tempo livre e como o sistema capitalista cria, simultaneamente, uma camada social sobrecarregada pelo fardo do trabalho e uma camada social ociosa. O progresso tecnológico e o consequente desenvolvimento da automação nos mais diversos ambientes de consumo, têm permitido aos consumidores produzirem parte dos bens e serviços que consomem, levando as pessoas a executarem uma série de tarefas rotineiras fora do ambiente de trabalho. Para o sistema econômico, isto funciona como uma espécie de prolongamento da jornada de trabalho na esfera do consumo. Desse modo o tempo livre que os indivíduos poderiam ter, é transformado em tempo de trabalho pelo capital.

**Palavras-Chaves:** trabalho, tempo livre, capital

**Abstract:** This article analyzes the work as a central category for understanding contemporary society, based, paradoxically, the increasing assertion of dead labor that accompanies the denial of live work, this denial does not imply the loss of its centrality in capitalism. But unlike in recognition of its extreme importance for the explanation of a series of socio-economic phenomena today. In this context, there is the division of time of individuals in working time and leisure time and how the capitalist system creates both a social overwhelmed by the burden of work and a social idle. Technological progress and the consequent development of automation in various environments consumption has allowed customers to produce the goods and services they consume, leading people to perform a series of routine tasks outside the workplace. For the economic system that functions as a kind of extension of working hours in the sphere of consumption. Thus the free time that individuals could have, is transformed in time of labor by capital.

**Key-Words:** work, leisure, capital

### **Área Temática 7: Trabalho, Indústria e Tecnologia**

**Sub-área Temática: Mundo do Trabalho**

**Artigo submetido às Sessões Ordinárias**

## 1 Introdução

A divisão do tempo dos indivíduos e da sociedade como um todo, em tempo de trabalho e tempo livre, é algo que já foi investigado por uma série de pensadores. Filósofos como Platão e Aristóteles já haviam tratado do problema, cerca de 300 anos antes de Cristo. A teoria econômica tradicional, por sua vez, tem analisado essa questão, quase sempre, em termos de maximização da satisfação individual, obtida através da alocação mais eficiente possível, entre o tempo de trabalho e o de lazer (tempo livre).

De acordo com esta perspectiva, trabalho e lazer são vistos como “bens”, de modo que cada agente econômico se preocupa em realizar a melhor combinação possível desses dois elementos, na sua cesta de consumo, o que exige uma análise da relação custo/benefício, que existe entre trabalho e lazer. Em uma avaliação intertemporal, tal como a utilizada na teoria dos ciclos reais, salários mais baixos no presente, em relação aquele que se espera ganhar no futuro, pode desencorajar a “oferta de trabalho” e fazer com que se dedique mais tempo ao lazer. A realidade econômica, porém, é bem mais complexa que isso. O sistema capitalista não só cria barreiras para que as pessoas possam usufruir de mais tempo livre, como ainda as coage a ofertar mais trabalho.

A ciência econômica atual tem negligenciado, em grande medida, a unidade do tempo, ao analisar, em geral, o tempo dedicado ao trabalho e o tempo livre, como se eles estivessem completamente separados um do outro. Deixa-se de lado, com isso, o prazer e a satisfação que pode haver num dado tipo de trabalho, para quem o executa e, principalmente, o caráter de trabalho que existe nas atividades realizadas durante o tempo livre. Durante este tempo, a liberdade dos indivíduos não é uma liberdade plena, mas, muito pelo contrário, uma liberdade restringida e comprimida pela cultura do mercado e pelas normas, exigências e prazos estabelecidos para o cumprimento de qualquer tarefa, frutos da sociedade contemporânea.

Este ponto constitui exatamente o objeto de análise deste artigo, isto é, como o trabalho vem se sobrepondo ao tempo livre e como este tem sido violado pela sociedade capitalista. Contraditoriamente a tendência de crescimento acelerado da produtividade social do trabalho, impulsionada pelo constante progresso tecnológico e organizacional dentro das empresas, os quais poderiam proporcionar a sociedade mais tempo livre e menos tempo de trabalho. Mas sob a lógica de acumulação de capital, não é isso que está acontecendo, pois ela transforma o tempo livre dos trabalhadores assalariados, em período adicional propício a exploração econômica dos mais diversos tipos de negócios. Por outro lado, a degradação do trabalho diminui o prazer e a satisfação que pode se obter no exercício dessa atividade, fazendo dela, muitas vezes, fonte de sofrimento.

As novas Tecnologias da Informação e Comunicação, por exemplo, permitem o surgimento de novas formas de trabalho, que podem ser realizadas em casa, ou em qualquer outro lugar longe a empresa. De Masi (2000), chama essas novas formas de trabalho de “teletrabalho”, que considera não somente como uma simples modernização das tarefas tradicionais, mas, mais do que isso, algo capaz de modificar completamente a organização empresarial e própria sociedade. Acredita De Masi que a delegação do trabalho físico as máquinas, tende a reduzir o potencial de conflito entre as classes sociais. Dessa maneira, ele parece subestimar a contradição entre capital e trabalho, enfatizando a sua unidade, via telecomunicações, esquecendo sua oposição, encoberta pelo que chama de “teletrabalho”, mas “desmascarada” pela crise econômica atual.

Antunes e Braga (2009) denominam de “infoproletários” os trabalhadores que realizam essas novas formas de trabalho, como os operadores de telemarketing e os programadores de software. Esse tipo de proletário faz uso de novas tecnologias, mas estão submetidos a um rígido controle e monitoramento dos seus movimentos pelo capital. Esse monitoramento e controle exercido sobre os movimentos e comportamentos dos trabalhadores, está associado a imposição de um ritmo intensificado de trabalho, que faz lembrar as condições de trabalho do século XIX, pois apesar de toda a flexibilidade obtida no processo produtivo, com as novas formas de organização da produção, o modo como se opera as tarefas no processo de trabalho, continua sendo determinado, de maneira despótica, pelo capital.

A busca por melhores condições de trabalho, historicamente, esteve sempre no centro das reivindicações da classe trabalhadora, no capitalismo. Inicialmente, a luta era pela própria sobrevivência. Com salários extremamente baixos e jornadas de trabalho demasiadamente longas, a situação dos assalariados era de pauperismo generalizado, viviam em condições precárias, marcadas pela falta de higiene e subalimentação.

Posteriormente, com a redução da jornada de trabalho, mediante o embate direto e a correlação de forças entre trabalhadores e capitalistas, o objetivo dos assalariados passou a ser a obtenção de condições mais seguras e menos degradantes de trabalho. Ela foi marcada, portanto, pela preocupação com a integridade física das pessoas no ambiente de trabalho. Atualmente, muito mais que a saúde física, está no centro da luta por melhores condições de trabalho, a saúde mental e psíquica daqueles que vivem da venda da força de trabalho.

Isso está relacionado, em grande medida, a responsabilidade que lhes é atribuída de desenvolver soluções criativas, em respostas a novos problemas, em meio a tarefas rotinizadas e rotineiras, a que estão acostumados. Isto cria um ambiente de “agressões externas” ao organismo dos trabalhadores, um ambiente de tensão, provocando muitas vezes uma sensação de frustração e angústia, por não ter realizado eficientemente alguma tarefa, ou por não tê-la cumprido no tempo

pré-estabelecido. Em alguns casos isso acaba criando atritos, entre funcionários de níveis hierárquicos diferentes. Além disso, muitos dos problemas relacionados ao ambiente de trabalho persistem na memória dos indivíduos, mesmo quando se encontram fora dele. Como já percebera Palieri: “A cabeça é diferente do corpo: ela carrega o trabalho para onde quer que vá.” (Palieri, 2000, p. 206).

## **2 Trabalho e Força de Trabalho na Sociedade Capitalista**

A denominação usual que se dá ao mercado em que os trabalhadores ofertam a sua capacidade de trabalho é a de “mercado de trabalho”, bastante intuitiva do ponto de vista prático, pois é uma nomeação muito comum e de fácil compreensão para empresas, trabalhadores e estudiosos, embora totalmente imprecisa do ponto de vista teórico, levando a interpretações equivocadas a respeito do processo de trabalho, exatamente pela facilidade de aceitação do senso comum, derivada daquilo que, à primeira vista, se observa no mercado.

Aparentemente, o que ocorre é a compra e venda de trabalho, pois é esta a atividade que o trabalhador executa dentro de uma empresa, mas uma análise lógica mais profunda mostra que o trabalho não constitui uma mercadoria, não é um objeto negociável. O trabalho é um processo, uma ação, pressupondo, portanto, o movimento, e a transformação. Logo, o trabalho é uma atividade transformadora, um processo dinâmico, que, se observado ao longo da história, esteve presente em todos os modos de produção, como veículo de ligação entre o homem e a natureza, para dela extrair os elementos materiais necessários a satisfação das suas necessidades.

Porém, somente no modo capitalista de produção, ele aparece como uma mercadoria, devido à figura do trabalhador assalariado, característica particular desse modo de produção, sujeito que personifica a atividade do trabalho. Mas, no mercado, os trabalhadores não podem vender trabalho, pois é algo que não possuem, só estando nele, exatamente a sua procura. Essa atividade o trabalhador só realizará fora do mercado, em um determinado processo de produção de bens ou serviços. Quando se encontra nesta etapa, o trabalhador já assinou um contrato comercial<sup>1</sup>, de venda de uma mercadoria, que como se mostrou, não pode ter sido o trabalho.

O que os trabalhadores vendem no mercado, portanto, não é o trabalho, mas sim a única coisa que possuem, a sua capacidade de trabalhar, ou seja, a sua força de trabalho. A força de trabalho é então definida como a capacidade física (óssea e muscular) e mental (intelectual) de trabalhar, capacidade esta corporificada no próprio trabalhador. Como a função desta mercadoria no processo produtivo é a ação do trabalho, cria-se a aparência de que ele é uma mercadoria.

---

<sup>1</sup> Admite-se aqui a hipótese de trabalho formal, por ser o tipo de trabalho padrão da sociedade capitalista.

Para que haja força de trabalho sendo vendida no mercado, é necessária a existência de trabalhadores livres, num duplo sentido. Livres por serem os próprios donos da sua força de trabalho, podendo vendê-la para quem quiser e livres ainda, no sentido de estarem completamente destituídos de todo e qualquer meio de produção, restando-lhes apenas para vender, a sua capacidade de trabalho. Caso os trabalhadores tivessem a sua disposição meios materiais de trabalho e de produção, não venderiam a sua capacidade de trabalhar, mas sim o resultado do seu próprio trabalho, pronto e acabado, materializado em produtos.

Pelo pagamento da força de trabalho, o trabalhador recebe o salário, categoria que também obscurece a compreensão do processo de trabalho. Como se sabe, o valor é o conteúdo econômico das mercadorias, contudo, ele é uma categoria abstrata, e como tal, precisa assumir uma forma concreta de manifestação, e a principal forma de manifestação do valor é o preço, expressão monetária do valor das mercadorias.

O valor da mercadoria força de trabalho, assim como o de todas as outras mercadorias, é determinado antes dela ser levada ao mercado, pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção, que neste caso, equivale ao tempo de trabalho socialmente necessário a produção dos bens de consumo essenciais<sup>2</sup> para a produção da própria força de trabalho, isto é, para a reprodução da capacidade física e mental de trabalhar.

O salário é a forma de manifestação do valor da força de trabalho, mas como o que o trabalhador executa dentro da empresa é a atividade do trabalho, o salário aparece como remuneração do trabalho, o que dificulta ainda mais a compreensão do seu conteúdo. O trabalho é o ato de consumo do valor de uso da força de trabalho, que ocorre quando esta é colocada em ação pelo seu possuidor, agora não mais o trabalhador, mas sim o capitalista que a comprou no mercado e, como qualquer comprador, usufruirá do valor de uso da mercadoria que adquiriu.

Ocorre que o trabalho é a substância criadora de todos os valores, logo, ao ser consumida, a força de trabalho é capaz de criar um valor maior do que o que ela própria tem, este é o fundamento para a explicação e a geração do excedente econômico, no modo capitalista de produção, em que a força de trabalho é consumida pelo seu comprador, o capitalista, por um período de tempo, na jornada de trabalho, maior que o necessário para a sua produção.

Esta distinção sutil entre trabalho e força de trabalho<sup>3</sup>, que envolve a aparência e a essência de um mesmo fenômeno, é de extrema importância, dentro da teoria econômica de Marx, e foi por não percebê-la, que grandes economistas como Smith e Ricardo, não conseguiram explicar o lucro sem violar a lei do valor-trabalho. Atualmente, é por não conhecê-la que a teoria econômica

---

<sup>2</sup> Alimentação, Moradia, Saúde, Vestuário, Educação e todos os demais itens fundamentais para a produção da vida do trabalhador.

<sup>3</sup> A partir daqui sempre que a expressão “mercado de trabalho”, for utilizada, será sempre como sinônimo de “mercado de força de trabalho”.

tradicional não consegue ultrapassar a dificuldade de investigação do complexo mundo do trabalho, se restringindo a análise do emprego e do desemprego.

Na medida em que avança, a acumulação capitalista traz consigo o progresso tecnológico, criando processos produtivos cada vez mais intensivos em maquinários autômatos, o que, por um lado, faz com que as empresas liberem, relativamente, mais força de trabalho e, por outro, absorvam, relativamente, menos, fato este que combinado com o crescimento vegetativo da população (responsável, de um modo geral, pelo lançamento periódico de mais indivíduos no mercado de força de trabalho), produz o que Marx chama de exército industrial de reserva, uma massa populacional excedente em relação às necessidades da produção.

Atualizando o conceito de exército industrial de reserva para a realidade contemporânea, pode-se alterá-lo, sem nenhuma perda, trocando-se o termo ‘industrial’ pelo termo ‘global’, ter-se-ia, então a expressão *exército global de reserva*. Este se trata de um enorme contingente de desempregados, que além de pressionar os salários para baixo, constitui uma verdadeira massa humana, sempre a disposição do capital, em qualquer que seja o seu ramo (agricultura, indústria ou serviços), quando ele necessita recrutar novos trabalhadores. Um conceito, portanto, mais amplo e adequado a contemporaneidade.

### 3 Trabalho e Tempo Livre

Apesar de todo o avanço conquistado pela humanidade, da comodidade e praticidade proporcionadas pela tecnologia, do conforto de se poderem realizar, atualmente, inúmeras transações comerciais e financeiras sem precisar sair de casa, através da internet, uma característica permanece como fonte do sofrimento humano: o “fardo do trabalho”, que continua sendo um peso enorme carregado por milhões de pessoas no mundo inteiro. Peso este que vem aumentando com a degradação das suas condições de realização e efetivação.

Enquanto uma parcela considerável da população suporta essa carga, outra se furta dessa obrigação, possuindo muito mais tempo livre disponível, embora não usufrua adequadamente dos benefícios que este poderia render. A distribuição desigual do trabalho entre os membros da sociedade, porém, não é uma característica particular do capitalismo, mas uma característica comum as sociedade estruturadas em classes, nas quais determinados indivíduos comandam por algum motivo, não necessariamente econômico, o trabalho dos demais. Sobre isso, Veblen afirma:

A primitiva diferença, da qual se originou a divisão em uma classe ociosa e uma classe trabalhadora, é a distinção entre trabalho feminino e trabalho masculino, existente nos primeiros estágios do barbarismo. Do mesmo modo, a forma mais primitiva de propriedade é a propriedade que têm os homens capazes sobre as

mulheres. Em termos mais gerais, e com maior relevância para a teoria da vida do homem bárbaro, pode-se dizer que se trata de propriedade da mulher pelo homem. (VEBLEN, 1965, p. 36, 37).

Veblen atribui à divisão da sociedade em uma classe ociosa e outra trabalhadora, originalmente, a divisão sexual do trabalho<sup>4</sup>, uma forma primitiva de divisão social do trabalho. Ele relaciona ainda, o aparecimento de uma classe ociosa com o surgimento da propriedade, como fica claro no seguinte trecho:

No curso da evolução cultural, o aparecimento de uma classe ociosa coincide com o início da propriedade. É uma coincidência necessária porque as duas instituições resultam do mesmo conjunto de forças econômicas. Na fase inicial do seu desenvolvimento, as duas são somente aspectos diferentes dos mesmos fatos gerais da estrutura social. (VEBLEN, 1965, p. 36).

Sem dúvida essa divisão da sociedade em classes, está relacionada com a divisão social do trabalho, mas tem por fundamento a propriedade, como o próprio Veblen menciona. Embora a propriedade da qual se refira, nesse estágio primitivo da sociedade, se assemelhe muito mais a capacidade de comandar trabalho alheio do que a posse.

No capitalismo o comando de trabalho alheio, fator que permite a alguns indivíduos furtarem-se do trabalho, tem como base material a propriedade privada dos meios de produção. Entretanto, as suas contradições criam uma dualidade que é singular à sua camada social ociosa. Um segmento desta camada é composto por indivíduos que possuem tempo livre para lazer, descanso e diversão, porque sua propriedade sobre o capital lhes permitem se apropriar da força de trabalho de outrem. O outro segmento desta camada é formado por pessoas que possuem “tempo livre”, porque não conseguiram meios materiais para empregar sua própria força de trabalho, lhes faltando oportunidade até mesmo para produzir o estritamente necessário para sua sobrevivência. Por isso, este “tempo livre”, ao invés de representar lazer, descanso ou diversão, representa miséria e degradação moral.

Aqueles que vivem da venda da força de trabalho e fazem parte do exército dos trabalhadores da ativa, veem o seu tempo de trabalho aumentar, não porque a o número de horas da jornada esteja sendo ampliado, embora isso não deixe existir. Isto acontece por causa das tarefas realizadas durante o tempo em que se está fora do trabalho, mas que possuem o caráter muito mais de obrigação, que de lazer ou descanso. No Brasil, até mesmo a jornada de trabalho dentro das empresas, é superior ao estipulado em lei. A proporção de assalariados que trabalham mais de 44

---

<sup>4</sup> O conceito de divisão sexual do trabalho é criticado pelo fato de que nesta fase primitiva do desenvolvimento, a divisão das tarefas nas tribos não necessariamente era feita com base no sexo, mas fisiologicamente, sendo por isso mais adequado o conceito de divisão fisiológica do trabalho. Para não entrar no mérito dessa questão, empregou-se aqui o primeiro conceito, por ser utilizado pela maioria dos autores.

horas por semana, jornada de trabalho legal no país, está acima de 30% nas principais regiões metropolitanas, como mostra a tabela 3.1

**Tabela 3.1- Proporção de assalariados que trabalham acima de 44 horas semanais: 1998-2008**

Ano	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
1998	39,8	27,9	34,5	47,0	38,4	40,6
1999	41,2	27,8	39,2	47,7	38,1	42,4
2000	40,2	29,2	39,7	46,5	40,0	44,6
2001	38,7	29,2	35,2	46,0	37,4	43,2
2002	37,6	30,4	33,3	46,1	38,7	44,2
2003	35,6	28,3	32,3	48,7	39,6	44,0
2004	33,5	29,1	32,6	48,7	38,2	42,8
2005	34,0	28,6	31,4	48,5	40,4	40,6
2006	31,2	27,3	28,7	49,4	40,4	39,0
2007	31,7	28,9	30,4	46,9	38,9	37,4
2008	33,4	30,0	30,3	47,8	38,3	37,8

Fonte: DIEESE/SEADE/ MTE

Grande parte desses trabalhadores está empregada no chamado setor de serviços. De acordo com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), os funcionários desse setor estão trabalhando, em média, 56 horas por semana, 12 horas a mais que a jornada de trabalho legal<sup>5</sup>. Mas mesmo que a jornada fosse legalmente reduzida, assunto que se discute não só no Brasil, mas em vários países, isso não necessariamente implicaria em redução do tempo de trabalho, isto porque, com já foi mencionado, existem uma série de tarefas “extralaborais” que os indivíduos realizam fora do ambiente de trabalho, mas que exigem tanto dispêndio de energia quanto as executadas dentro dele.

Compreendem essas tarefas, o manuseio e a operação de máquinas em *shoppings*, lojas, postos de gasolina, etc. O controle e a inspeção da qualidade de produtos, de atendimento e prestação de serviços; além de atividades domésticas de limpeza, reparação, manutenção e conservação da casa. A maioria dessas tarefas são extremamente necessárias e importantes, mas o fato é que muitas delas possuem o caráter de obrigação, no sentido de cumprimento de prazos e deveres, sendo fonte de transtornos e consumindo, quase que integralmente, o pouco tempo que sobra aos indivíduos, depois da jornada de trabalho.

Desse modo, não sobra quase nenhum tempo livre para que esses indivíduos possam desenvolver suas habilidades inatas, suas aptidões físicas e intelectuais, formas de expressão

<sup>5</sup> REDAÇÃO CORREIO DA PARAÍBA. Jornada de trabalho desrespeita lei, **Correio da Paraíba**, 10 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.sindifiscopb.org.br/index.asp?Area=Informativos>>. Acessado em 27 de janeiro de 2010, 10:58.



cultural e artísticas, como a música e a dança, mercantilizadas pelo capitalismo. Quase não sobra tempo livre, em suma, para que se possam desenvolver atividades espiritualmente mais elevadas, e aquilo que a alma humana possui de melhor.

De outro lado, a expansão do exército global de reserva, com o crescimento do desemprego, acentuado pela crise econômica, age coercitivamente sobre os assalariados, fazendo-os aceitar, quando necessário, jornadas de trabalho mais longas, sem que para isso seja preciso a sua imposição através da força. Como já observava certo monge da igreja anglicana:

Trabalhem, trabalhem noite e dia. Ao trabalhar, vocês fazem crescer a própria miséria, e sua miséria nos dispensa de impor-lhes o trabalho através da força da lei. A imposição legal do trabalho dá muito trabalho, exige muita violência e faz barulho demais. A fome, pelo contrário, é não apenas uma pressão pacífica, silenciosa e incessante, com também o motor mais natural do trabalho e da indústria, provocando, portanto, os melhores resultados. (Apud LAFARGUE, 2001, p. 153).

A diferença da sociedade contemporânea em relação aquela em que o monge vivia, é que a jornada não é estendida dentro da fábrica a períodos que ultrapassam doze horas de trabalho, como acontecia, mas sim fora dela, mais especificamente na esfera do consumo. Esse processo faz com que o extraordinário dispêndio de energia, realizado dentro e fora do trabalho, acabe provocando um extremo cansaço e fadiga física e mental nas pessoas, a ponto de desestimular o lazer e a diversão, para que se possa poupar qualquer esforço adicional.

O cansaço decorrente de um empenho profissional excessivo desestimula a participação ativa nos esportes, no convívio com a natureza, na leitura, nas artes, nas atividades solidárias de voluntariado, induzindo a fruição passiva de jogos de futebol transmitidos pela televisão ou de filmes assistidos em casa: “observação inativa das hábeis atividades dos outros”. (DE MASI, 2001, p. 40).

Uma das contradições do desenvolvimento econômico capitalista é o fato do emprego de novas máquinas, expulsar e liberar força de trabalho dos processos de produção e, ao mesmo tempo, absorver e exigir força de trabalho fora dele, necessária para a efetuação das operações de consumo, cada vez mais automatizadas. Nos últimos anos, o acelerado progresso tecnológico vem propagando a instalação e utilização das chamadas “máquinas de autoatendimento”: caixas eletrônicas, máquinas de ticket eletrônico, máquinas de venda automática, máquinas de *chek-in*, bombas de gasolina eletrônicas, etc. Elas são encontradas nos mais diversos ambientes de consumo, desde *shoppings centers*, até postos de gasolina.

O capitalismo obriga, de certo modo, as pessoas a se educarem e capacitarem para o uso dessas novas tecnologias, na medida em que elas vão surgindo, de tal maneira que, naturalmente elas deixam de ser uma novidade, passando a fazer parte da vida cotidiana dos consumidores. Estes,

por sua vez, não querem correr o risco de ficar para trás em matéria de “conhecimento tecnológico”. Para usar uma frase de De Masi: “tudo isso deriva de uma desmedida ambição de eficiência e de uma alienante corrida ao sucesso.” (DE MAIS, 2001, p. 25).

Assim exige-se competência e qualificação dos indivíduos não só para a produção, mas também para o consumo. Uma conclusão importante pode ser extraída aqui: as operações de consumo que exigem dispêndio de energia por parte dos consumidores, para o comando de máquinas de autoatendimento, bem como o controle e a inspeção da qualidade de produtos, atendimento e prestação de serviços, ambas, tarefas que antes eram realizadas por funcionários, os quais tiveram seus postos de trabalho eliminados, constituem por tudo isso o que se pode chamar de prolongamento da jornada de trabalho na esfera do consumo.

Pelo fato desse prolongamento ocorrer na esfera do consumo, fica parecendo que ele é provocado pelo próprio trabalhador, por suas decisões de consumo, mas na verdade ele é o resultado lógico, da introdução e propagação das máquinas de autoatendimento pelo capital. Todo esse “*self-service economy*” que obriga os consumidores a realizar algum tipo de trabalho, em suas operações de consumo, acaba eliminando postos de trabalho, como constata muito bem Reis (2009), ao observar os países europeus:

Não é de hoje que praticamente todos os postos de gasolina na Alemanha não têm frentistas, e os próprios motoristas é que precisam descer do carro, aprender a usar a bomba de gasolina, abastecer seu carro, e caminhar até ao caixa para pagar a conta. Quase sempre nenhum funcionário do posto de gasolina fica do lado de fora da lojinha de conveniência, onde o caixa se encontra. Isto também acontece em alguns outros países da Europa, mas não de forma tão uniforme e acentuada como na Alemanha. Outro detalhe sobre automóveis e postos de gasolina é o seguinte: até hoje, depois de quase um ano em Munique, ainda não encontrei nenhum “lavador de carros” que não seja a própria máquina de lavar carros automática, nos próprios postos de gasolina. Além disso, nos postos sempre existe um ou mais aspiradores de pó de muita potência, em que você coloca moedas e pode limpar seu próprio carro internamente. A consequência é que não existem empregos de “frentista” ou “lavador de automóvel”. Assim como já não existe, há muito tempo, a profissão de cobrador de ônibus ou segurança do metrô.

Mas o que acabamos de nos dar conta é que um outro tipo de profissão poderá no futuro deixar de existir. Recentemente pudemos experimentar um supermercado que possui caixas automáticas, ou seja, sem nenhum funcionário no caixa. Você, com seu carrinho de compras cheio, passa todos os produtos naquela máquina que lê os códigos de barra, produto por produto, depois a máquina lhe informa (áudio e vídeo) o valor da conta, e você passa seu cartão de crédito com senha e assina o recibo na própria máquina. (REIS, 2009, p. 1).

Além da eliminação de postos de trabalho, isso provoca uma alteração na contradição entre produção e consumo, pois, ao fazer os consumidores produzirem os serviços que eles próprios consomem, as máquinas de autoatendimento exacerbam a unidade, em contrapartida a oposição existente no par; produção-consumo.

Essas “tarefas de consumo”, sem querer usar aqui um jogo de palavras, consomem grande parte do tempo que as pessoas possuem fora do trabalho, pressionando-as a apressar seus movimentos e o seu ritmo de vida, sempre mais acelerado. E quanto mais se corre, mais depressa o tempo parece passar. Essa é a principal razão pela qual o crescimento significativo da produtividade social do trabalho, não se traduziu em mais tempo livre para os indivíduos.

Hoje se produz uma quantidade muito maior de mercadorias, por unidade de tempo, que há vinte anos. Cada trabalhador da indústria automobilística brasileira, por exemplo, produziu 9 carros, em 1991, em 2008, esse número saltou para 29 carros, uma produção três vezes maior de carros, anualmente, por empregado. É claro que é preciso extrair desse dado o aumento da produção decorrente de uma possível intensificação do processo de trabalho. Entretanto, esse dado não é calculado, e todo o aumento da produção por unidade de tempo, é divulgado com um aumento de produtividade, embora, parte dele possa estar sendo provocado por um aumento de intensidade.

Não obstante, a elevação contínua da produtividade social do trabalho, permitiu a redução gradual da jornada de trabalho<sup>6</sup>, e isso parecia apontar para o aumento do tempo livre. Porém, a correria desenfreada por capacitação e obtenção de sucesso, associada às necessidades de consumo e as necessidades da sociedade de consumo, que no fundo expressam as necessidades da acumulação de capital, não permitiram que esse aumento da produtividade, proporcionasse mais tempo livre para a classe trabalhadora.

O capitalismo ensinou os indivíduos o modo de vida consumista, para que pudessem adquirir o volume crescente de mercadorias que é lançado no mercado, e fez da cultura do consumo, o centro de sua ideologia. Portanto, por trás da ideia de consumo acelerado, está o modo de produção capitalista e no seio deste, o trabalho, como modo de vida de grande parte da população.

A camada ociosa capitalista, cujo modo de vida é diametralmente oposto ao da classe trabalhadora, poderia usar o seu tempo livre para o desenvolvimento do conhecimento científico e das artes em geral. No entanto, não o faz, por gastar uma parte do seu tempo com formas “artificiais” de lazer, produtos forjados para a “diversão” com lógica de mercado, cujo objetivo, por conseguinte, é o lucro. Sendo a outra parte de seu tempo gasta com o consumo de bens de luxo e supérfluos, que representam elevado status social e poder, naquilo que Veblen chamou de consumo conspícuo, como explica Chase:

Pessoas acima da linha da mera subsistência, nesta época, e em todas as épocas anteriores, não aproveitam o excesso que a sociedade lhes deu, visando primordialmente a propósitos úteis. Não buscam elas expandir suas próprias vidas, viver com mais sabedoria, mais inteligência e mais compreensão, mas buscam impressionar as outras pessoas pelo fato de serem possuidoras desse excesso... Os

---

<sup>6</sup> Essa redução não foi obtida de maneira pacífica, mas por meio da correlação de forças entre capital e trabalho, que experimentou muitos episódios violentos.

meios e modos mediante os quais criam essa impressão, Veblen os denomina de consumo conspícuo. Consistem, tais meios e modos, em despende dinheiro, tempo e esforço, quase de todo inutilmente, na agradável tarefa de inflar o ego. (CHASE, 1965, p. 14).

Já a camada ociosa trabalhadora, com tempo disponível forçado pelo desemprego, a qual tende a crescer em períodos de crise econômica, se encontra numa situação completamente oposta. Vivendo em condições de pobreza, e, sem renda suficiente até mesmo para adquirir o mínimo necessário para a satisfação de suas necessidades, ela é propensa a desenvolver o que se pode denominar de ócio degenerativo. A falta de ocupação econômica e de qualquer outra atividade socialmente construtiva desvia muitos desses ociosos, alguns por inclinação, outros por força das circunstâncias, para a prática de atividades marginais, não apenas no sentido de algumas destas estarem à margem das leis, mas porque muitas são vis e desprezíveis, se enquadrando no rol daquilo que se considera indigno para um ser humano.

A consequência de todo esse processo, é que o tempo livre de alguns acaba se transformando em tempo de trabalho excessivo para outros. Visto que, assim como o capitalismo distribui desigualmente a riqueza que cria, em escala sempre crescente, distribui desigualmente da mesma maneira, o trabalho entre os membros da sociedade, algo que Marx já observava:

Dadas a intensidade e a produtividade do trabalho, o tempo que a sociedade tem de empregar na produção material será tanto menor, e, em consequência, tanto maior o tempo conquistado para a atividade livre, espiritual e social dos indivíduos, quanto mais equitativamente se distribua o trabalho entre todos os membros aptos da sociedade, e quanto menos uma camada social possa furtar-se à necessidade natural do trabalho, transferindo-a para outra classe. Então a redução na jornada de trabalho encontra seu último limite na generalização do trabalho. Na sociedade capitalista consegue-se tempo livre para uma classe, transformando a vida inteira das massas em tempo de trabalho. (MARX, 1989, p. 607).

A distribuição desigual do trabalho entre os membros da sociedade cria, do ponto de vista da acumulação de capital, a necessidade de promover ainda os velhos métodos de elevação da intensidade do trabalho, transformando a vida de uma fração significativa dos trabalhadores do exército da ativa, numa vida de grande esforço físico e pouco desenvolvimento intelectual.

“A única coisa que temos de nosso é o tempo, do qual gozam até os que não têm morada.”<sup>7</sup>, divagava Baltasar Gracián em meados do século XVII, não imaginava ele que o capital se apropriaria do nosso tempo, fazendo seu também o tempo em que os indivíduos estão fora do ambiente de trabalho, no qual as pessoas se policiam através de mecanismos de autovigilância, para

---

<sup>7</sup> GRACIÁN, apud DEBORD, 1997, p. 103.

não transgredir as normas estabelecidas para o controle do tempo e cumprimento de prazos. A esse respeito, diz Elias:

[...] nas civilizações da Antiguidade, a sociedade não tinha a mesma necessidade de medir o tempo que os Estados da Era Moderna, para não falar das sociedades industrializadas de hoje. Em numerosas sociedades da Era Moderna, surgiu no indivíduo [...] um fenômeno complexo de autorregulação e de sensibilização em relação ao tempo. Nessas sociedades o tempo exerce de fora para dentro, sob a forma de relógios, calendários e outras tabelas de horários, uma coerção que se presta eminentemente para suscitar o desenvolvimento de uma autodisciplina nos indivíduos. Ela exerce uma coerção relativamente discreta, comedida, uniforme e desprovida de violência, mas que nem por isso se faz onipresente, e à qual é impossível escapar. (ELIAS, 1998, p. 21, 22).

Estamos a todo instante submetidos à pressão invisível exercida pelo tempo, essa força implacável. Na ocasião de uma pesquisa, realizada com telefonistas na França, uma delas declarou: “durante as pausas no trabalho a gente olha o relógio três vezes mais que durante o trabalho.”<sup>8</sup> Sua declaração mostra que enquanto a atividade do trabalho captura a sua percepção do tempo, fazendo-a esquecer do relógio, os intervalos durante o dia de trabalho agem no sentido contrário, liberando a sua percepção do passar do tempo, fazendo-a lembrar do relógio, que a indica, todo instante, quanto tempo ainda lhe resta.

Apesar das formas flexíveis de organização da produção, em muitas empresas, o processo de trabalho permanece sob rígido controle, tanto no que diz respeito ao modo operatório<sup>9</sup> de execução das tarefas, imposto pela direção, como no que se refere ao tempo no qual elas precisam ser executadas. Muitas vezes as tarefas devem ser executadas, seguindo a risca o modo operatório determinado pela direção, responsável pela organização do trabalho, sob risco de punição para os trabalhadores que assim não o fizerem. Com isso, os trabalhadores precisam de autodisciplina constante, para reprimir gestos espontâneos, movimentos e, em alguns casos, até mesmo palavras. Dejours (1992), alerta para as consequências que isso pode trazer para a saúde dos trabalhadores:

A organização do trabalho, fixada externamente pelas chefias, pode, em certos casos, entrar em choque com o compromisso operatório favorável, que o trabalhador teria instituído espontaneamente. *A organização do trabalho, neste sentido, pode comprometer imediatamente o equilíbrio psicossomático. [...] A organização do trabalho é causa de uma fragilização somática, na medida em que ela pode bloquear os esforços do trabalhador para adequar o modo operatório às necessidades de sua estrutura mental.* (DEJOURS, 1992, p. 128).

Nesse sentido a alienação do trabalhador é, não somente de ordem econômica, por ter vendido a sua força de trabalho e não pertencer mais a si mesmo, dentro do processo de produção,

<sup>8</sup> DESSORS, apud DEJOURS, 1992, p. 100.

<sup>9</sup> O modo operatório é a maneira como o trabalho é executado. A forma como os meios de trabalho (instrumentos e ferramentas) e objetos de trabalho (elemento material sobre o qual incide o trabalho), são utilizados.

mas sim ao capital. É também uma alienação psíquica, já que tarefas assim impostas reprimem a vontade do sujeito, substituindo-a pela vontade do objeto, isto é, substituindo a vontade do trabalhador, pela do capital, em sua forma material.

Logo, a autovigilância e a cronometragem do tempo que é permitido a cada gesto e ação, que os indivíduos realizam fora do local de trabalho, representam a interiorização desse método apreendido no trabalho, automaticamente acionado durante o exercício das demais atividades. Em decorrência disso, o emprego do tempo precisa ser feito da maneira mais eficiente possível, imperando também aí o princípio da maximização, que o capital conhece tão bem. Pois a mercadoria, forma elementar de riqueza da sociedade capitalista, não é fruto só do trabalho, ela também é fruto do tempo, do tempo de trabalho.

O tempo que tem sua base na produção das mercadorias é ele próprio uma mercadoria consumível [...] Todo o tempo consumível da sociedade moderna vem a ser tratado como matéria-prima de novos produtos diversificados que se impõem no mercado como empregos socialmente organizados do tempo. (DEBORD, 1997, p. 104, 105).

O grande problema é que a maximização do tempo para o capital implica em minimização do tempo para os trabalhadores, não apenas do seu tempo livre, mas ainda do período de vida útil da sua própria força de trabalho. O processo de valorização do capital tem por base o consumo das energias físicas e psíquicas dos trabalhadores, as quais contêm enorme potencial de geração de riqueza. Ao consumi-las, o capital consome o próprio indivíduo, depreciando a sua carcaça humana, como se deprecia o motor de um veículo ao consumir a sua potência pelo uso.

Um dos principais paradoxos da sociedade contemporânea é que ao mesmo tempo em que ela consome as energias dos indivíduos, dentro e fora do trabalho, ela os bombardeia com propagandas e campanhas que pregam a imperiosidade da beleza e da juventude. Para aqueles que não se enquadram neste “padrão”, ela oferece “soluções” para evitar as marcas fisiológicas do compasso acelerado do tempo, criando métodos artificiais, como cirurgias e procedimentos estéticos, para que as pessoas possam parecer naturalmente jovens.

Essas marcas fisiológicas estão ligadas a pressão exercida de maneira sutil pelo tempo, sobre a carcaça humana. Sua influência impulsiona a aceleração dos movimentos e do ritmo de vida e exige raciocínio rápido dos indivíduos. Isso acaba resultando em situações cotidianas de “alta tensão” e “*stress*”, nas quais as pessoas são submetidas a “agressões externas”, do meio em que estão inseridas. A adaptação fisiológica e psicológica dos indivíduos a essas situações, comuns na sociedade moderna, leva-os a se acostumarem a trabalhar sob pressão, desenvolvendo eles mesmos, mecanismos de aceleração e intensificação do ritmo de trabalho, dentro da empresa, e do ritmo de

vida, fora dela. É evidente que isso traz sérios danos de um lado, para saúde do organismo humano, de outro, para a saúde do organismo social.

#### 4 Considerações Finais

Do ponto de vista econômico, o ritmo alucinado e alucinante desencadeado pelo modo de vida contemporâneo, bem como o “*stress*”, essa patologia do organismo social que o acompanha, retroalimentam a acumulação de capital. Seja por proporcionar o aumento da intensidade do trabalho, seja por prolongar a jornada para além do dia de trabalho, seja por aumentar a velocidade de rotação do capital. Ou ainda por acelerar o ritmo de consumo e levar os agentes econômicos a desperdiçarem parte do seu raro tempo livre, comprando produtos supérfluos, desequilibrando, muitas das vezes, suas finanças pessoais e levando-os ao endividamento.

Mas o desenvolvimento econômico capitalista parece de fato não coincidir com o progresso da felicidade humana. Segundo Andrews (2009), o PIB dos Estados Unidos triplicou nos últimos 50 anos, mas a felicidade da sua população declinou. No mesmo período o número de divórcios duplicou, o de suicídios entre adolescentes triplicou e o de crimes violentos quadruplicou.

O crescimento econômico associado à distribuição desigual da riqueza, característica marcante do desenvolvimento capitalista, é um fator importante para explicar esse fenômeno, uma vez que se produzem bens e serviços com melhor qualidade e sempre em maiores quantidades. Entretanto, parte da população é excluída dos benefícios oriundos desse progresso material. Esse fator, aliás, constitui o cerne das crises econômicas de superprodução.

Mas ele não é o único elemento explicativo do declínio da felicidade, mesmo com todo o progresso material que a sociedade conseguiu obter, pois como já sabiam os filósofos da antiguidade, o homem tem necessidades não só de ordem material, mas também de ordem espiritual. Para a satisfação dessas últimas, porém, é necessário tempo livre, que lhe permita o desenvolvimento de seus talentos naturais e a obtenção de conhecimento e erudição, de acordo com a virtude de cada um. A sociedade capitalista extorquiu esse bem dos indivíduos, e, em particular da classe trabalhadora, ao transformar o seu tempo livre em tempo disponível para o capital, comprometendo a realização dos seus desejos imateriais, o que constitui fonte de grande aflição. A esse respeito dizia Marx:

[...] segundo Smith, uma sociedade em que a maioria sofre não é feliz, mas uma vez que a situação mais rica da sociedade conduz ao sofrimento da maioria, e que a economia nacional (de maneira geral, a sociedade do interesse privado) conduz a esta situação mais rica, é necessário concluir que a *infelicidade* da sociedade é a finalidade da economia política. As únicas engrenagens acionadas pela economia

política são a avidez pelo dinheiro e a guerra entre aqueles que padecem disso, a concorrência. (MARX, 2004, p. 28).

É essa avidez pela acumulação que faz do trabalho o modo de vida fundamental dos indivíduos, criando a necessidade de serem sempre mais competitivos. É essa avidez que os obriga a reprimir um dos fundamentos mais essenciais da vida humana, o ócio, no seu sentido filosófico, tal como o compreendia Aristóteles:

[...] a própria natureza, como se tem afirmado com frequência, exige que sejamos capazes não apenas de trabalhar bem, mas também de nos divertir bem; pois como devo realçar, o princípio de toda atividade é o lazer. Embora trabalho e lazer sejam necessários à vida, o ócio é preferível e é seu fim mais elevado.[...] a diversão é mais necessária do que nunca nas horas de trabalho compenetrado, pois aquele que se empenha no trabalho tem necessidade de relaxamento, enquanto o trabalho vem sempre acompanhado das tensões e do esforço [...] Mas o ócio oferece prazer, felicidade e a satisfação de viver, que não são experimentados pelos homens ocupados demais, e sim por aqueles que têm tempo para o ócio. (ARISTÓTELES, 2001, p. 269).

Entre os filósofos da antiguidade, o trabalho era visto com certo desprezo, por promover a degradação do homem livre, é claro que em sua época se referiam ao trabalho escravo. Mas em sua forma assalariada, como já foi mostrado aqui, o trabalho continua degradando os indivíduos e restringindo a sua liberdade. Lafargue, em sua análise sobre o ócio, faz uma interessante alusão sobre isso:

“O preconceito da escravidão dominava o espírito de Pitágoras e Aristóteles”, escreveu-se com desdém. No entanto, Aristóteles previa que, “se cada ferramenta pudesse trabalhar sozinha, assim como as obras de arte de Dédalo moviam-se por conta própria, ou como os tripodes de vulcano executam espontaneamente seu trabalho sagrado; se, por exemplo, as navetas tecessem por conta própria, então os contramestres não precisariam de ajudantes e o senhor não precisaria de escravos. (LAFARGUE, 2001, p. 182).

Lafargue lembra, portanto, que Aristóteles já sonhava com a automação e que esta libertaria os homens do trabalho e transformá-los-ia em homens livres. Hoje, mais de dois mil anos depois, o sonho de Aristóteles é uma realidade em muitas fábricas, como as da Toyota e da Philips, onde as máquinas comandam visivelmente o processo produtivo. No entanto, assim como o senhor precisava de escravos, na época de Aristóteles, na sociedade contemporânea, o capitalista continua precisando de trabalhadores. Visto que constitui mais uma de suas contradições, a centralidade do trabalho vivo, como força criadora da riqueza, simultaneamente, em que se processa a sua negação, pelo emprego do trabalho morto.



## Referências

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e Negação do Trabalho**, 7 ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANDREWS, S. PIB x FIB: uma nova medida de felicidade. **Seuestilo**, n. 24, abril 2009. Disponível em: <<http://www.apostolo-primitivo.co.cc/ciencia-e-religiao-f12/reflexao-pib-x-fib-uma-nova-medida-de-felicidade>>. Acessado em 03 de fevereiro de 2010, 14:59.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução Pedro Constantin Tolens. 5ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2001, p. 269.

CHASE, S. Introdução (nota prévia). In: **A Teoria da Classe Ociosa: Um Estudo Econômico das Instituições**. Tradução Olivia Krähenbühl, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais: São Paulo, 1965, p. 14.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. Tradução Estela dos Santos Abreu, Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 103, 104, 105.

DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho: Um Estudo de Psicopatologia do Trabalho**. Tradução Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5 ed. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992, p. 100, 128.

DE MASI, D. **O Ócio Criativo: Entrevista a Maria Serena Palieri**, Tradução Léa Manzi. 10ª ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DE MASI, D. Introdução. In: **A Economia do Ócio**. Organização e Introdução Domenico De Mais. Tradução Carlos Irineu W. da Costa, Pedro Jorgensen Júnior, Lea Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2001, p. 25, 40.

ELIAS, N. **Sobre o Tempo**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 21, 22.

LAFARGUE, P. O Direito ao Ócio. In: **A Economia do Ócio**. Organização e Introdução Domenico De Mais. Tradução Carlos Irineu W. da Costa, Pedro Jorgensen Júnior, Lea Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2001, p. 153, 182.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 28.

MARX, K. **O Capital** – Crítica da Economia Política, Livro I – O Processo de Produção do Capital. Tradução Reginaldo Sant'Anna. V. 2, 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A. 1989, p. 607.

PALIERI, M. S. Entrevista . In: DE MAIS, D. **O Ócio Criativo: Entrevista a Maria Serena Palieri**, Tradução Léa Manzi. 10ª ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000, p. 206.

REIS, F. A. Empregos: qualificação e valorização da mão-de-obra na Alemanha, **O Lince**, Panopticum, ano 3, nº 26, março/abril 2009, p. 1. Disponível em: <<http://www.jornalolince.com.br/2009/mar/panopticum/emprego>>. Acessado em: 27 jan. 2010, 15:09.

VEBLEN, T. **A Teoria da Classe Ociosa: Um Estudo Econômico das Instituições**. Tradução Olivia Krähenbühl, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais: São Paulo, 1965, p. 36, 37.